



**GERÊNCIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO MARANHÃO
E PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

Concurso Público para provimento de cargo de
Procurador do Estado - 3ª Classe

P R O V A

Primeira Prova Escrita

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>1. A Constituição "como decisão política do titular do poder constituinte" é conceito atribuído a</p> <p>(A) Sieyès. (B) Kelsen. (C) Montesquieu. (D) Carl Schmitt. (E) Ferdinand Lassalle.</p>	<p>6. Imóvel público urbano municipal</p> <p>(A) pode ser adquirido mediante usucapião quando não cumpre sua função social. (B) não pode ser adquirido mediante usucapião. (C) não pode ser desapropriado, em qualquer caso, pelo Estado ou pela União. (D) somente pode ser desapropriado para fins de reforma urbana, mediante pagamento em títulos da dívida pública. (E) pode ser adquirido exclusivamente pelos eventuais posseiros, desde que mediante leilão público.</p>
<p>2. Consoante a doutrina, em uma Constituição considerada do tipo "dirigente" predominam normas constitucionais</p> <p>(A) de eficácia plena. (B) programáticas. (C) portadoras de conceitos jurídicos indeterminados. (D) de eficácia reduzida. (E) de princípio institutivo.</p> <p>3. Medida provisória editada anteriormente à Emenda Constitucional nº 32/2001 e ainda em vigência na data da promulgação dessa emenda, que modificou a disciplina da matéria na Constituição brasileira de 1988,</p> <p>(A) é considerada automaticamente aprovada, convertendo-se em lei pela sanção do Presidente da República. (B) perde totalmente sua eficácia desde a edição da Emenda Constitucional nº 32/2001, independentemente da matéria nela versada. (C) continua em vigor até que medida provisória ulterior a revogue expressamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional sobre a mesma. (D) tem apenas resguardados os efeitos produzidos constantes de decisão transitada em julgado. (E) tem expressamente resguardados apenas os direitos adquiridos dela decorrentes.</p>	<p>7. No sistema constitucional brasileiro, quando uma decisão proferida por Tribunal de Justiça contrariar um tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência, caberá a interposição de</p> <p>(A) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça. (B) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal. (C) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal. (D) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça. (E) ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>4. Consoante a Constituição brasileira em vigor, a organização da administração federal, quando não implica aumento de despesas, nem criação ou extinção de órgãos públicos,</p> <p>(A) pode ser feita mediante decreto presidencial autônomo. (B) depende de lei, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República. (C) depende de lei, cuja iniciativa é concorrente, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Presidente da República. (D) depende, sempre, de medida provisória ou de lei ordinária. (E) depende, sempre, de lei complementar.</p>	<p>8. A Constituição do Estado do Maranhão, dentre as espécies normativas que integram o processo legislativo,</p> <p>(A) adotou a medida provisória apenas pela intervenção do poder constituinte derivado. (B) adotou, em seu texto originário, a medida provisória a ser expedida pelo Governador do Estado. (C) veda, expressamente, a adoção de medida provisória pelo Governador do Estado. (D) veda, expressamente, a adoção de medida provisória pelos Prefeitos Municipais. (E) admite, expressamente, a adoção de medida provisória pelo Governador do Estado e veda, também expressamente, a adoção dessa medida pelos Prefeitos Municipais.</p>
<p>5. Conforme orientação do Supremo Tribunal Federal, mandado de injunção para suprir ausência de norma legal regulamentadora de direitos relativos à aposentadoria de servidor público da União deve ser interposto contra o</p> <p>(A) superior imediato do servidor público impedido de exercer seu direito constitucional. (B) Presidente do Congresso Nacional. (C) Presidente da República conjuntamente com o Presidente do Congresso Nacional. (D) Ministro de Estado responsável pela Administração Pública Federal. (E) Presidente da República.</p>	<p>9. Segundo a doutrina e a jurisprudência predominantes no Brasil, no caso de leis restritivas de direitos fundamentais, deve aplicar-se especialmente o princípio</p> <p>(A) da superlegalidade dos direitos fundamentais. (B) da hierarquia constitucional dos direitos fundamentais. (C) da proporcionalidade. (D) do devido processo legal. (E) da lei mais benéfica ou mais branda.</p>

<p>10. Na arguição de descumprimento de preceito fundamental, o Supremo Tribunal Federal</p> <p>(A) quando conceder medida liminar deverá proceder ao julgamento da arguição no prazo de cento e oitenta dias, sob pena de perda de sua eficácia.</p> <p>(B) poderá conceder medida liminar somente em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, por decisão da maioria absoluta de seus membros, para suspensão do andamento do processo ou dos efeitos de decisões judiciais, salvo se decorrentes de coisa julgada.</p> <p>(C) não concede, em qualquer caso, medida liminar ou cautelar.</p> <p>(D) poderá conceder medida liminar, somente por intermédio do Relator e <i>ad referendum</i> do Tribunal Pleno, apenas para que os juízes ou tribunais suspendam o julgamento dos processos que envolvam a aplicação da lei objeto da arguição.</p> <p>(E) poderá, em qualquer caso, conceder medida liminar, por decisão da maioria absoluta de seus membros, para suspensão do andamento do processo ou dos efeitos de decisões judiciais, salvo se decorrentes de coisa julgada.</p>	<p>13. Consoante disposição expressa da Constituição do Estado do Maranhão, o Procurador-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, antes do término do mandato</p> <p>(A) não poderá, em qualquer caso, ser destituído do cargo, pois o mandato é fixado por tempo determinado.</p> <p>(B) poderá ser destituído do cargo por maioria absoluta e votação secreta dos deputados da Assembléia Legislativa, na forma de lei complementar.</p> <p>(C) poderá ser destituído do cargo por maioria absoluta e votação nominal dos deputados da Assembléia Legislativa, na forma de lei complementar.</p> <p>(D) poderá ser destituído do cargo por voto qualificado de 2/3 dos Deputados Estaduais e mediante votação secreta, na forma de lei complementar.</p> <p>(E) somente poderá ser destituído do cargo por prática de crime de responsabilidade.</p>
<p>11. O subsídio dos Deputados Estaduais, observados os limites e as regras estabelecidas pela Constituição brasileira em vigor,</p> <p>(A) é da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, mediante decreto legislativo.</p> <p>(B) depende de lei de iniciativa exclusiva da Assembléia Legislativa.</p> <p>(C) depende de lei de iniciativa conjunta do Governador e da Assembléia Legislativa do Estado.</p> <p>(D) deve ser previsto na Constituição do Estado, que poderá optar por estabelecê-lo mediante lei ou decreto legislativo.</p> <p>(E) é fixado diretamente pela Constituição brasileira, independente de ato normativo estadual.</p>	<p>14. Consoante jurisprudência predominante no Supremo Tribunal Federal, a disciplina do crime de responsabilidade do Governador do Estado é matéria de competência</p> <p>(A) exclusivamente de lei federal, conforme preestabelecido na Constituição Federal, não podendo, sob qualquer aspecto, ser objeto da Constituição Estadual.</p> <p>(B) da União apenas no que concerne à definição os crimes de responsabilidade, competindo à Constituição Estadual regulamentar o respectivo processo e julgamento.</p> <p>(C) dos Estados, tanto no que se refere à definição dos crimes de responsabilidade, como no que concerne à regulamentação do respectivo processo e julgamento.</p> <p>(D) da União, no que se refere à definição da regulamentação do processo e do julgamento desse crime.</p> <p>(E) de lei estadual, desde que definida previamente na Constituição Estadual.</p>
<p>12. Recebida a denúncia contra Deputado Estadual por crime ocorrido após a diplomação e dada ciência à Assembléia Legislativa pelo Tribunal de Justiça do Estado, esta poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação penal. O pedido de sustação</p> <p>(A) deverá ser apreciado no prazo improrrogável de 45 dias a contar de seu recebimento pela Mesa Diretora.</p> <p>(B) deverá ser apreciado no prazo improrrogável de 45 dias a contar da decisão do Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(C) não suspende a prescrição enquanto durar o processo.</p> <p>(D) depende de iniciativa do partido político ao qual está filiado o acusado.</p> <p>(E) pode ser feito de ofício pela Mesa da Assembléia Legislativa ou por provocação de qualquer deputado.</p>	<p>15. A composição e a escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão</p> <p>(A) têm as regras gerais e específicas fixadas pela Constituição Federal, que expressamente determina sua integral e automática recepção pela Constituição Estadual.</p> <p>(B) são, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, matéria de exclusiva competência da Constituição do Estado, desde que observada a regra da proporcionalidade.</p> <p>(C) são, segundo o princípio federativo, matéria da exclusiva competência da Constituição do Estado, independentemente do modelo federal estabelecido para o Tribunal de Contas da União.</p> <p>(D) têm suas regras gerais fixadas pela Constituição Federal, podendo a Constituição Estadual, no uso de seu poder constituinte estadual, estabelecer regras específicas sobre a matéria, ainda que diversas das regras específicas fixadas para o Tribunal de Contas da União.</p> <p>(E) devem observar as regras fixadas para o Tribunal de Contas da União, inclusive a da proporcionalidade, sendo que 2/3 dos conselheiros são de livre escolha da Assembléia Legislativa e, no 1/3 dos conselheiros escolhidos pelo Governador, um é de livre escolha e os outros dois são escolhidos necessariamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, todos com aprovação de Assembléia Legislativa.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Servidor público do Estado do Maranhão ocupante de cargo em comissão, mas não titular de cargo de provimento efetivo, poderá licenciar-se

- (A) por motivo de doença em pessoa da família.
- (B) para tratar de assuntos particulares.
- (C) para concluir estudos universitários.
- (D) por motivo de acidente em serviço.
- (E) para desempenho de mandato classista.

17. Uma servidora pública do Estado do Maranhão foi empossada em 15 de julho de 1999 e entrou em exercício no dia 1º de agosto do mesmo ano. Entre os meses de fevereiro e maio de 2003, foi beneficiária de licença à gestante, pelo prazo máximo de 120 dias. Considerando que essa servidora não se ausentou do serviço em nenhuma outra oportunidade, fará jus ao adicional por tempo de serviço a partir de

- (A) junho de 2004.
- (B) julho de 2004.
- (C) agosto de 2004.
- (D) novembro de 2004.
- (E) dezembro de 2004.

18. Com relação às garantias do contrato administrativo, é correto afirmar que são

- (A) sempre exigíveis, na forma determinada pela Administração.
- (B) sempre exigíveis, cabendo ao particular optar pela forma de sua prestação dentre aquelas previstas pela lei.
- (C) exigíveis apenas quando determinado pela Administração, a quem compete também definir sua forma.
- (D) exigíveis apenas quando determinado pela Administração, que as escolherá de comum acordo com o particular.
- (E) exigíveis apenas quando determinado pela Administração, cabendo ao particular optar pela forma de sua prestação dentre aquelas previstas pela lei.

19. A concessão de serviços públicos

- (A) depende de prévia licitação apenas nas hipóteses em que a lei o determinar.
- (B) transfere ao concessionário a execução do serviço, mantendo-se a sua titularidade com o poder concedente.
- (C) pode ser efetuada em caráter precário, independentemente de licitação.
- (D) prescinde de contrato escrito, podendo ser efetuada mediante acordo informal entre o poder concedente e o concessionário.
- (E) implica a transferência ao concessionário de todos os ônus a eles inerentes, restando o poder concedente isento de encargos.

20. Instaurado processo administrativo disciplinar para a apuração de infração cometida por servidor público do Estado do Maranhão, a comissão processante concluiu que foram praticados atos passíveis da aplicação da pena de demissão. A comissão era formada por servidores lotados no âmbito da Secretaria Estadual em que trabalhava o servidor faltoso. Nesta situação, a comissão deverá

- (A) proferir julgamento, aplicando desde logo a pena cabível.
- (B) suspender o julgamento, para oitiva do Governador do Estado acerca da conveniência da demissão.
- (C) remeter os autos ao Governador do Estado, para proferir julgamento.
- (D) extinguir o feito e determinar a instauração de novo processo, específico para a aplicação da pena de demissão.
- (E) conceder ao acusado nova oportunidade de defesa, para manifestação acerca da penalidade proposta.

21. Determinada lei municipal impôs aos proprietários de imóveis de áreas específicas o ônus de suportar a passagem, por seus terrenos, de cabos de transmissão de energia elétrica, destinados ao abastecimento municipal. Semelhante ônus

- (A) pode ser considerado servidão administrativa, pois esta caracteriza-se pela retirada do caráter exclusivo da propriedade, implicando sua utilização também pelo Poder Público.
- (B) pode ser considerado servidão administrativa, pois esta caracteriza-se por retirar do proprietário a plena disponibilidade de seu imóvel.
- (C) não pode ser considerado servidão administrativa, pois não atende a uma finalidade de interesse público.
- (D) não pode ser considerado servidão administrativa, pois instituído por meio de lei, quando as servidões apenas são instituídas por decreto.
- (E) não pode ser considerado servidão administrativa, pois não houve a transferência da propriedade dos imóveis ao Poder Público.

22. Considere um dispositivo constitucional que crie obrigação aos indivíduos, mas cuja aplicação dependa de disciplina legal. Suponha que ainda não exista lei a respeito dessa matéria. Numa situação hipotética, o Presidente da República, pretendendo ver aplicado tal dispositivo, formula consulta a parecerista que apresenta, entre outras, as seguintes conclusões: (i) o Presidente da República pode diretamente regulamentar a matéria por decreto, posto que o Direito brasileiro, com a Emenda Constitucional nº 32/01, passou a acolher o regulamento autônomo; (ii) a competência do Presidente da República para expedir decretos regulamentares pode, como regra geral, ser delegada aos Ministros; (iii) os decretos regulamentares, por serem atos de competência privativa do Presidente da República, não são passíveis de controle pelo Poder Legislativo, submetendo-se apenas ao controle judicial de constitucionalidade. Das conclusões acima

- (A) apenas a (i) está de acordo com a Constituição Federal.
- (B) apenas a (ii) está de acordo com a Constituição Federal.
- (C) apenas a (iii) está de acordo com a Constituição Federal.
- (D) todas estão de acordo com a Constituição Federal.
- (E) nenhuma está de acordo com a Constituição Federal.

<p>23. Suponha o seguinte trecho de uma ementa de acórdão: "Dispensa-se de autorização legislativa a criação de empresas públicas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz. A lei criadora é a própria medida autorizadora." Esse texto</p> <p>(A) contraria a Constituição Federal, pois é necessária a edição de lei autorizativa para a criação de cada subsidiária de empresa pública ou sociedade de economia mista.</p> <p>(B) é compatível com a Constituição Federal, já tendo até mesmo o Supremo Tribunal Federal decidido nesse sentido.</p> <p>(C) contraria a Constituição Federal, pois é constitucionalmente vedada a criação de subsidiárias de empresa pública ou sociedade de economia mista.</p> <p>(D) contraria a Constituição Federal, pois empresas públicas e sociedades de economia mista não têm sua instituição dependente de autorização legislativa.</p> <p>(E) contraria a Constituição Federal, pois é desnecessária a autorização legislativa para a criação de subsidiárias de empresa pública ou sociedade de economia mista, sendo essa matéria de decisão discricionária do Presidente da República.</p>	<p>26. Um Procurador do Estado, analisando três minutas de contratos administrativos, concluiu que nos três casos poderia ser dispensado o recebimento provisório do objeto contratual. O primeiro caso envolvia a compra de gêneros perecíveis. O segundo caso, serviços profissionais. E o terceiro, uma obra no valor de R\$ 100.000,00. Considerando-se o regime da Lei nº 8.666/93, o Procurador</p> <p>(A) tem razão nos três casos.</p> <p>(B) tem razão apenas nos dois primeiros casos.</p> <p>(C) tem razão apenas nos dois últimos casos.</p> <p>(D) tem razão apenas no primeiro e no último caso.</p> <p>(E) não tem razão em nenhum dos três casos.</p>
<p>24. Determinada lei prevê que autoridade do Poder Executivo possa editar, discricionariamente, certos atos administrativos, impondo-os a terceiros independentemente da concordância destes últimos. Prevê ainda que tais atos possam ser postos em execução pela própria Administração, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário. Essa lei exprime, respectivamente, a</p> <p>(A) auto-executoriedade e a auto-tutela dos atos administrativos, mas contém impropriedade, pois tais atributos não se aplicam a atos discricionários.</p> <p>(B) auto-tutela e a auto-executoriedade dos atos administrativos, atributos aplicáveis tanto a atos discricionários, como a vinculados.</p> <p>(C) imperatividade e a auto-tutela dos atos administrativos, mas contém impropriedade, pois tais atributos não se aplicam a atos discricionários.</p> <p>(D) imperatividade e a auto-executoriedade dos atos administrativos, atributos aplicáveis tanto a atos discricionários, como vinculados.</p> <p>(E) auto-tutela e imperatividade dos atos administrativos, mas contém impropriedade, pois tais atributos não se aplicam a atos discricionários.</p>	<p>27. No edital de uma licitação, na qual admite-se a participação de empresas em consórcio, constavam, entre outras, as seguintes regras: (i) é vedado a uma empresa consorciada participar na presente licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente; (ii) os atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato, acarretarão responsabilidade solidária para todos os integrantes do consórcio; (iii) fica admitida, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado. Considerando-se o regime da Lei nº 8.666/93,</p> <p>(A) as três regras em questão são legais.</p> <p>(B) apenas as regras (i) e (ii) são legais.</p> <p>(C) apenas as regras (i) e (iii) são legais.</p> <p>(D) apenas as regras (ii) e (iii) são legais.</p> <p>(E) nenhuma das três regras em questão é legal.</p>
<p>25. Na Súmula nº 473, o Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. É harmônico com esse entendimento afirmar-se que</p> <p>(A) a revogação de um ato administrativo está ligada ao poder discricionário da Administração.</p> <p>(B) o Poder Judiciário, ao decidir pela revogação de um ato administrativo, igualmente está adstrito à observância dos direitos adquiridos.</p> <p>(C) o destinatário do ato anulado nunca fará jus a indenização, por parte da Administração, como reflexo da anulação.</p> <p>(D) nenhuma lei poderá fixar prazo para que a Administração anule seus atos.</p> <p>(E) é possível socorrer-se do Poder Judiciário para a anulação ou revogação de um ato administrativo antes mesmo de esgotada a via administrativa.</p>	<p>28. Suponha que determinada Lei estadual venha estabelecer regra pela qual o Estado pode adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico, para compras de bens comuns, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços. Tal regra, em relação às normas gerais de licitação editadas pela União, é</p> <p>(A) conflitante, posto que apenas a União pode valer-se do sistema de registro de preços.</p> <p>(B) conflitante, posto referir-se modalidade de licitação incompatível com o sistema de registro de preços.</p> <p>(C) conflitante, posto que apenas a União pode valer-se do pregão.</p> <p>(D) conflitante, posto que não é possível a compra de bens por pregão.</p> <p>(E) compatível.</p> <p>29. Considere três empresas estatais, controladas por um Estado. A primeira recebe do Estado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal. A segunda recebe do Estado recursos financeiros para pagamento de despesas de custeio em geral. A terceira, que não recebe do Estado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral, todavia os recebe para aumento de participação acionária. Nos termos da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal),</p> <p>(A) apenas a primeira e a segunda são consideradas empresas estatais dependentes.</p> <p>(B) apenas a primeira é considerada empresa estatal dependente.</p> <p>(C) as três são consideradas empresas estatais dependentes.</p> <p>(D) apenas a segunda é considerada empresa estatal dependente.</p> <p>(E) apenas a segunda e a terceira são consideradas empresas estatais dependentes.</p>

<p>30. A Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal – estabeleceu uma série de vedações quanto a operações de crédito. Tais vedações não incluem</p> <p>(A) a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.</p> <p>(B) o recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos.</p> <p>(C) a assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito.</p> <p>(D) a aquisição no mercado, por instituição financeira controlada por ente da Federação, de títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes.</p> <p>(E) a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a <i>posteriori</i> de bens e serviços.</p>	<p>33. Poderão os interessados requerer a sucessão definitiva do ausente</p> <p>(A) dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória.</p> <p>(B) somente quando o ausente contar oitenta anos de idade e que de cinco anos antes datem suas últimas notícias ou vinte anos depois de passada em julgado a sentença que concedeu a sucessão provisória.</p> <p>(C) apenas se ficar provada sua morte.</p> <p>(D) dez anos após a arrecadação de seus bens ou se o ausente contar oitenta anos de idade e de cinco anos antes forem suas últimas notícias.</p> <p>(E) somente depois de quinze anos de seu desaparecimento, ou se contar setenta anos de idade e de cinco anos antes forem suas últimas notícias.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>31. "O alcance, portanto, da regra do efeito imediato entre nós, é o de que a nova lei, em princípio, atinge as partes posteriores dos <i>facta pendentia</i> com a condição de não ferir o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada."</p> <p>(FRANÇA, R. Limongi. A Irretroatividade das Leis e o Direito Adquirido. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 210)</p> <p>A afirmação acima, de um dos autores que estudaram o direito intertemporal, se refere</p> <p>(A) à vedação expressa na Constituição de lei com efeito retroativo.</p> <p>(B) apenas à regra constitucional que preserva da lei nova o direito adquirido.</p> <p>(C) à regra contida na legislação ordinária, segundo a qual a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.</p> <p>(D) à proibição contida na lei ordinária de que as leis e regulamentos tenham efeito retroativo.</p> <p>(E) à regra segundo a qual a lei entra em vigor imediatamente a partir de sua publicação, se nada dispuser em sentido contrário, mas serão respeitados o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.</p>	<p>34. Constituída uma fundação de direito privado por negócio jurídico entre vivos,</p> <p>(A) o instituidor não precisará fazer a dotação de bens desde logo, podendo reservar-se para fazê-la por testamento.</p> <p>(B) o instituidor, necessariamente, declarará no mesmo instrumento a maneira de administrá-la.</p> <p>(C) seu objeto poderá ter finalidade lucrativa.</p> <p>(D) se o instituidor não lhe transferir a propriedade dos bens ou outro direito real sobre os bens dotados, serão registrados em nome dela por mandado judicial.</p> <p>(E) os bens imóveis objeto da dotação podem estar hipotecados, facultando-se ao instituidor levantar o ônus no prazo de dez anos.</p>
<p>32. São relativamente incapazes</p> <p>(A) os pródigos e os que por causa transitória não puderem exprimir sua vontade.</p> <p>(B) os ébrios habituais e os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.</p> <p>(C) os menores entre dezesseis e vinte e um anos.</p> <p>(D) os que por enfermidade ou deficiência mental não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.</p> <p>(E) os silvícolas e os ausentes.</p>	<p>35. A desconsideração da pessoa jurídica para que os efeitos de certas relações de obrigações sejam estendidas aos bens particulares de seus administradores ou sócios é ato</p> <p>(A) privativo do Ministério Público, a bem da Fazenda pública ou de incapazes.</p> <p>(B) que o Juiz pode praticar sempre de ofício verificadas as causas legais.</p> <p>(C) do Juiz ou de autoridade administrativa incumbida da administração fazendária.</p> <p>(D) praticado sob responsabilidade exclusiva da parte, cabendo ao Juiz apenas determinar a penhora dos bens.</p> <p>(E) do Juiz a requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo.</p> <p>36. Constitui universalidade de fato</p> <p>(A) o conjunto de bens que, embora reunidos, consideram-se de per si, independentemente dos demais.</p> <p>(B) o complexo de relação jurídicas de uma pessoa, dotado de valor econômico.</p> <p>(C) a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.</p> <p>(D) a pluralidade de bens que não podem ser objeto de relações jurídicas próprias, devendo sempre ser alienados como um todo.</p> <p>(E) a construção feita sobre terreno alheio e que passa a pertencer ao proprietário deste.</p>

<p>37. Sobre a invalidade dos negócios jurídicos considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se for válido na substância e na forma.</p> <p>II. É nulo o negócio jurídico celebrado em estado de perigo.</p> <p>III. É anulável o negócio jurídico quando se verifica a lesão, porém não se decretará a anulação se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.</p> <p>IV. É anulável o negócio jurídico celebrado por pessoa absoluta ou relativamente incapaz.</p> <p>V. É nulo o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>	<p>40. Aquele que edifica em terreno alheio perde, em proveito do proprietário, a construção, mas</p> <p>(A) o construtor poderá tornar-se condômino do proprietário do terreno se depositar em Juízo 50% (cinquenta por cento) do valor deste.</p> <p>(B) o proprietário do solo pode, sempre que o desejar, mandar demolir a construção, mas, neste caso, não tem direito a perdas e danos.</p> <p>(C) o proprietário sempre se tornará condômino do construtor independentemente do pagamento de qualquer valor.</p> <p>(D) se a construção exceder consideravelmente o valor do terreno, aquele que edificou de boa-fé adquirirá a propriedade do solo, mediante pagamento de indenização que pode ser fixada pelo Juiz.</p> <p>(E) o construtor adquirirá a propriedade do terreno por usucapião, após ano e dia do término da obra.</p>
<p>38. A prescrição é interrompida</p> <p>(A) pelo protesto cambial.</p> <p>(B) pelo casamento do devedor com a credora.</p> <p>(C) se ajuizada ação de evicção.</p> <p>(D) se o credor tornar-se absoluta ou relativamente incapaz.</p> <p>(E) com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, se a ação se originar de fato que teve de ser apurado no juízo criminal.</p>	<p>41. O bem de família, instituído pelos cônjuges ou entidade familiar, poderá consistir</p> <p>(A) em prédio residencial ou não, com suas pertenças e acessórios, destinando-se a domicílio familiar ou a renda para subsistência da família e conservação do restante dos bens que vierem a ser herdados ou doados aos filhos menores.</p> <p>(B) em prédio residencial urbano ou rural com suas pertenças e acessórios, destinando-se a domicílio familiar e também abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.</p> <p>(C) apenas de prédio urbano de área não superior a 250 m², desde que os instituidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.</p> <p>(D) somente de prédio urbano ou rural, desde que os instituidores não sejam proprietários de outro imóvel no mesmo município.</p> <p>(E) de quaisquer bens, móveis ou imóveis, desde que seu valor não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.</p>
<p>39. Acerca da dissolução e liquidação de sociedades é correto afirmar:</p> <p>(A) o contrato não pode prever outras causas de dissolução exceto aquelas dispostas em lei.</p> <p>(B) o liquidante poderá realizar novas operações, dentro do objeto social, enquanto o patrimônio não tiver sido alienado.</p> <p>(C) vencido o prazo de duração, a dissolução é inevitável, ainda que concordem todos os sócios para que se prorrogue por tempo indeterminado.</p> <p>(D) dissolver-se-á por deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade por prazo determinado.</p> <p>(E) dissolve-se na falta de pluralidade de sócios, se não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.</p>	<p>42. Praticado pelo devedor o ato a cuja abstenção se obrigara, o credor</p> <p>(A) poderá, em caso de urgência, desfazê-lo ou mandar desfazer, independentemente de autorização judicial, sem prejuízo do ressarcimento devido.</p> <p>(B) nunca poderá desfazer ou mandar desfazer o ato, sob pena de perder o direito à indenização, antes de decisão em processo no qual foi assegurado o contraditório.</p> <p>(C) só terá direito à indenização se constituir o devedor em mora, mediante notificação judicial ou extrajudicial.</p> <p>(D) não poderá requerer em Juízo o desfazimento, porque pelo descumprimento de obrigações de não fazer, o devedor só responde por perdas e danos.</p> <p>(E) só poderá pleitear em Juízo a aplicação de multa diária até que o devedor desfaça o ato, salvo a existência de cláusula penal prevista no contrato, que, neste caso, é a única sanção possível.</p>

<p>43. A resilição unilateral dos contratos, quando expressa ou implicitamente permitida por lei,</p> <p>(A) sempre exige o pagamento de indenização à outra parte, porque se trata de ato que diz respeito à conveniência somente de uma das partes que abdicou do negócio.</p> <p>(B) dispensa a notificação à outra parte, bastando a cessação do cumprimento das obrigações.</p> <p>(C) após denúncia notificada à outra parte, que tenha feito investimentos consideráveis para sua execução, só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.</p> <p>(D) depende sempre de intervenção judicial, para verificação da procedência dos motivos alegados para sua extinção.</p> <p>(E) só será possível se a outra parte não houver iniciado o cumprimento de sua obrigação.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>46. É correto afirmar que</p> <p>(A) a competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, salvo o juízo universal da falência.</p> <p>(B) proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada.</p> <p>(C) a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção legal e, portanto, absoluta, de liquidez e certeza.</p> <p>(D) a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção relativa de liquidez e certeza, cabendo ao executado ou terceiro ilidi-la por prova inequívoca.</p> <p>(E) a execução fiscal não pode ser movida contra sucessores do devedor.</p>
<p>44. A compra e venda entre cônjuges é</p> <p>(A) válida com relação a bens integrantes ou não da comunhão.</p> <p>(B) nula com relação a quaisquer bens, porque implica alteração do regime de bens entre cônjuges.</p> <p>(C) anulável, com relação a bens excluídos da comunhão e nula em relação aos que integram a comunhão.</p> <p>(D) válida com relação a bens excluídos da comunhão.</p> <p>(E) ineficaz enquanto não dissolvida a sociedade conjugal.</p>	<p>47. No que se refere ao ato do juiz que indefere liminarmente a petição inicial, por verificar o juiz desde logo a ocorrência de decadência ou prescrição, é correto afirmar que</p> <p>(A) desta sentença caberá recurso de apelação, facultando-se ao juiz retratar-se.</p> <p>(B) esta sentença formará somente coisa julgada formal, extinguindo-se portanto o processo, sem julgamento do mérito.</p> <p>(C) contra tal decisão cabe apelação, devendo o réu ser citado para o oferecimento de contra-razões.</p> <p>(D) o autor poderá demandar novamente aquele mesmo direito, desde que comprove ter adimplido as custas da primeira demanda.</p> <p>(E) contra tal decisão cabe recurso de apelação, não podendo o juiz retratar-se, pois já esaurida sua jurisdição.</p>
<p>45. Cometendo ato ilícito o incapaz,</p> <p>(A) respondem, em qualquer hipótese, somente seus pais, tutores ou curadores, sem direito de regresso contra o incapaz que estiver sob sua guarda e em sua companhia.</p> <p>(B) não responderá ele pelos prejuízos causados, que deverão ser ressarcidos por seus representantes e, na impossibilidade destes, pelo Estado.</p> <p>(C) ele sempre responderá pelos prejuízos que causar até o limite de seu patrimônio.</p> <p>(D) responderão seus representantes que poderão reaver o que pagou, salvo se o causador do dano for ascendente, descendente ou cônjuge absolutamente incapazes.</p> <p>(E) poderá ele responder pelos prejuízos que causar, pagando indenização equitativa e desde que não fique ele próprio nem as pessoas que dele dependam privados do necessário.</p>	<p>48. Quanto às causas de modificação de competência,</p> <p>(A) se houver continência ou conexão, a reunião de processos dar-se-á somente a requerimento de qualquer das partes.</p> <p>(B) para que haja continência, não é necessária a identidade de partes, mas de causa de pedir, apenas.</p> <p>(C) a competência em razão da matéria pode ser alterada por convenção das partes, se o direito for disponível.</p> <p>(D) correndo em separado ações conexas perante juízes com a mesma competência territorial, tem-se como preventivo aquele que saneou o processo em primeiro lugar.</p> <p>(E) serão conexas causas que tenham em comum o objeto ou a causa de pedir.</p> <p>49. Em relação à antecipação da tutela jurisdicional,</p> <p>(A) basta que as alegações da inicial sejam verossímeis.</p> <p>(B) uma vez concedida, poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.</p> <p>(C) o perigo de irreversibilidade do provimento antecipado é irrelevante, desde que os direitos em análise sejam disponíveis.</p> <p>(D) é suficiente que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.</p> <p>(E) se o autor, a título de antecipação da tutela, requerer providência de natureza cautelar, cabe ao juiz indeferir a pretensão, pela inadequação da via escolhida.</p>

<p>50. A sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito</p> <p>(A) faz coisa julgada formal e material. (B) faz coisa julgada material. (C) faz coisa julgada formal. (D) não faz coisa julgada. (E) não é tecnicamente uma sentença, mas mero despacho.</p>	<p>54. Quanto ao recurso de agravo, é correto afirmar que</p> <p>(A) pode o relator negar seguimento ao agravo de instrumento, liminarmente, bem como convertê-lo em agravo retido. (B) o agravo retido depende de preparo, recolhido quando a parte requerer sua apreciação pelo Tribunal, nas razões ou na resposta da apelação. (C) recebido o agravo de instrumento no Tribunal, cabe ao relator julgá-lo como tal, não podendo convertê-lo em agravo retido. (D) o agravo de instrumento é sempre julgado, meritoriamente, por decisão colegiada. (E) o agravo de instrumento será interposto em cinco dias e recebido somente no efeito devolutivo, como regra.</p>
<p>51. No que tange ao mandado de segurança,</p> <p>(A) a inicial será indeferida, após oitiva do Ministério Público e envio das informações pela autoridade coatora, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais. (B) a decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, não o impede de pleitear, por ação autônoma, os seus direitos e respectivos efeitos patrimoniais. (C) da sentença negando a ordem caberá apelação, cabendo agravo da decisão que conceder a segurança, já que o feito pode prosseguir com a execução provisória do julgado. (D) a sentença que conceder o mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição e, por isso, não pode ser executada provisoriamente. (E) julgado por sentença o mandado de segurança, formar-se-á coisa julgada material em qualquer caso, não podendo ser renovado o pedido, em consequência.</p>	<p>55. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública,</p> <p>(A) citar-se-á a devedora para opor embargos em dez dias. (B) não opostos embargos, o juiz da execução poderá, ouvido o Ministério Público, ordenar o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito. (C) citar-se-á a devedora para opor embargos em trinta dias. (D) não opostos embargos, o juiz requisitará diretamente o pagamento à devedora. (E) dado o interesse público, a discussão sobre o débito se dá nos próprios autos da execução, sem que haja oposição de embargos.</p>
<p>52. Sujeita-se ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo Tribunal competente a sentença</p> <p>(A) que decretar o divórcio resultante da separação judicial. (B) que julgar procedente a ação de investigação de paternidade cumulada com ação de alimentos. (C) proferida contra sociedade de economia mista ou que julgar procedentes embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública. (D) que anular o casamento, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges. (E) proferida contra as fundações de direito público, em que a condenação, ou o direito controvertido for de valor certo excedente a 60 salários mínimos.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO TRIBUTÁRIO</p> <p>56. O art. 150, inciso VI, c, da Constituição Federal, veda a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. Nesta hipótese, a lei a que se refere o texto constitucional é</p> <p>(A) complementar. (B) ordinária federal. (C) ordinária federal, estadual ou municipal. (D) qualquer norma jurídica. (E) lei complementar ou medida provisória.</p>
<p>53. Em relação ao mandado de segurança, é correto afirmar que</p> <p>(A) a autoridade coatora será notificada a apresentar informações no prazo de 15 dias. (B) pode ser proposto diretamente pelo impetrante, sem necessidade de advogado. (C) pode ser impetrado contra decisão judicial interlocutória, para obter efeito suspensivo no recurso próprio. (D) não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato disciplinar, exceto quando praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial. (E) poderá ser impetrado contra ato já impugnado por recurso administrativo recebido no efeito suspensivo.</p>	<p>57. O sujeito passivo designado substituto tributário responde pelo pagamento dos tributos</p> <p>(A) quando o contribuinte deixa de fazê-lo. (B) relativos a operações tributáveis antecedentes ou subseqüentes. (C) quando o sucessor deixa de fazê-lo. (D) mesmo que não ocorram os respectivos fatos geradores. (E) mas não responde pelo pagamento das multas fiscais.</p>

<p>58. O princípio da anterioridade, previsto no art. 150, inciso III, b, da Constituição Federal,</p> <p>(A) aplica-se às espécies tributárias ou não-tributárias regularmente instituídas.</p> <p>(B) aplica-se a todos os impostos previstos no texto constitucional.</p> <p>(C) não pode ser invocado nas hipóteses de aumento das alíquotas tributárias.</p> <p>(D) é inaplicável às contribuições sociais <i>in genere</i>.</p> <p>(E) é inaplicável às contribuições da seguridade social.</p>	<p>63. O contribuinte que se arrepende e denuncia espontaneamente infração tributária, antes de qualquer iniciativa fiscal, deve recolher o tributo devido</p> <p>(A) inclusive juros de mora, não respondendo por eventuais penalidades pecuniárias.</p> <p>(B) e respectivas penalidades pecuniárias, não se sujeitando, contudo, à ação penal pública.</p> <p>(C) e respectivas penalidades, sem o acréscimo de juros de mora.</p> <p>(D) sem quaisquer acréscimos ou penalidades.</p> <p>(E) sem direito ao parcelamento do débito fiscal.</p>
<p>59. Em nosso sistema tributário, a definição de infrações tributárias e a fixação das respectivas penalidades pecuniárias</p> <p>(A) são tarefas de lei complementar.</p> <p>(B) são tarefas do chefe do Poder Executivo, em cada nível de governo.</p> <p>(C) são tarefas do legislador ordinário, em cada nível de governo.</p> <p>(D) devem observar o princípio constitucional da anterioridade.</p> <p>(E) não devem observar o princípio do não-confisco.</p>	<p>64. Em nosso sistema tributário, o cancelamento de débitos fiscais de valores inexpressivos</p> <p>(A) pode ser efetivado através de decreto baixado pelo chefe do Poder Executivo.</p> <p>(B) equivale à renúncia de receitas incorrendo nas vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(C) é uma hipótese de anistia fiscal.</p> <p>(D) não é extensivo às penalidades pecuniárias aplicadas ao contribuinte.</p> <p>(E) é uma hipótese de remissão fiscal.</p>
<p>60. A concessão de isenção do ICMS, em nosso sistema tributário, depende</p> <p>(A) de lei ordinária estadual, precedida de convênio autorizativo da isenção.</p> <p>(B) de lei complementar.</p> <p>(C) somente de lei ordinária estadual.</p> <p>(D) de ato normativo editado pelo chefe do Poder Executivo.</p> <p>(E) da edição de medida provisória.</p>	<p>65. Nos termos do art. 188 do Código Tributário Nacional são encargos da massa falida, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência. Neste caso, a massa falida figura como</p> <p>(A) responsável tributário.</p> <p>(B) contribuinte.</p> <p>(C) substituto tributário.</p> <p>(D) sucessor tributário.</p> <p>(E) agente de arrecadação.</p>
<p>61. Após o advento da Lei Complementar nº 87/96, as entradas de mercadorias destinadas ao ativo fixo do estabelecimento</p> <p>(A) são imunes à tributação.</p> <p>(B) são isentas do ICMS.</p> <p>(C) são fatos geradores do ICMS.</p> <p>(D) permitem ao estabelecimento adquirente o crédito do ICMS incidente na operação anterior.</p> <p>(E) configuram hipóteses de não-incidência tributária.</p>	<p>66. Em nosso sistema tributário, nos termos do Código Tributário Nacional, a oneração de imóvel por sujeito passivo que não dispõe de outros bens, no curso de procedimento constitutivo do crédito tributário, é</p> <p>(A) nula de pleno direito, por fraudar credores.</p> <p>(B) ineficaz.</p> <p>(C) válida e oponível à Fazenda Pública.</p> <p>(D) válida, mas sujeita o bem à constrição judicial.</p> <p>(E) ato anulável, por vício de consentimento.</p>
<p>62. No corrente ano, a fiscalização comparece a um estabelecimento cuja falência foi decretada e apura falta de recolhimento de imposto devido no exercício de 1998. Nesta hipótese</p> <p>(A) a preclusão procedimental impede a constituição do respectivo crédito tributário.</p> <p>(B) deverá lavrar auto de infração contra o estabelecimento falido, para constituição do respectivo crédito tributário.</p> <p>(C) deverá lavrar auto de infração contra a massa falida, para constituição do respectivo crédito tributário.</p> <p>(D) não poderá lavrar auto de infração, por se tratar de crédito atingido pela decadência tributária.</p> <p>(E) não poderá lavrar auto de infração, por se tratar de crédito prescrito.</p>	<p>67. Em nosso sistema tributário, nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do crédito tributário:</p> <p>(A) a isenção.</p> <p>(B) a anistia.</p> <p>(C) a transação.</p> <p>(D) a compensação.</p> <p>(E) a concessão de medida liminar em segurança.</p>

<p>68. Quando a legislação tributária não fixar o tempo de pagamento, o vencimento do crédito tributário ocorre</p> <p>(A) no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do lançamento.</p> <p>(B) no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação do lançamento.</p> <p>(C) na data da ocorrência do fato gerador.</p> <p>(D) na data da ocorrência do ato de lançamento.</p> <p>(E) na data da sua inscrição como dívida ativa.</p>	<p>72. Relativamente à duração do contrato de trabalho e à liberdade das partes para sua fixação, é correto afirmar que podem ser ajustados contratos a prazo</p> <p>(A) determinado ou indeterminado de acordo com a vontade individual livremente manifestada, de empregado e empregador.</p> <p>(B) indeterminado, de acordo com a vontade das partes livremente manifestada e contratos a prazo determinado limitados às hipóteses expressas em lei.</p> <p>(C) determinado ou indeterminado de acordo com a vontade coletiva livremente manifestada, de empregado e empregador.</p> <p>(D) determinado, de acordo com a vontade das partes livremente manifestada e contratos a prazo indeterminado limitados às hipóteses expressas em lei.</p> <p>(E) contratos tanto a prazo determinado quanto a prazo indeterminado, apenas de acordo com os limites mínimos de duração fixados em lei.</p>
<p>69. Em nosso sistema tributário, as contribuições interventivas no domínio econômico</p> <p>(A) podem ser instituídas pela União, Estados ou Municípios.</p> <p>(B) poderão incidir sobre a importação de petróleo e seus derivados.</p> <p>(C) poderão incidir sobre operações que destinem petróleo ao exterior.</p> <p>(D) não observam o princípio da legalidade.</p> <p>(E) não observam o princípio da anterioridade.</p>	<p>73. Na hipótese de excesso de horas de trabalho em um dia, poderá ser dispensado o acréscimo de salário ao empregado desde que ajustada compensação pela correspondente diminuição em outro dia. O ajuste deverá ser feito por acordo ou convenção coletiva prevendo a compensação no período máximo de</p> <p>(A) sete dias.</p> <p>(B) trinta dias.</p> <p>(C) cento e oitenta dias.</p> <p>(D) um ano.</p> <p>(E) dois anos.</p>
<p>70. NÃO se aplica ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador, tenha</p> <p>(A) instituído novos critérios de apuração.</p> <p>(B) instituído novos processos de fiscalização.</p> <p>(C) aumentado a alíquota do respectivo tributo.</p> <p>(D) outorgado ao crédito tributário maiores garantias ou privilégios.</p> <p>(E) ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas.</p>	<p>74. A gratificação de natal deverá ser paga, pelo empregador,</p> <p>(A) no mês de dezembro, a todos os empregados, de uma só vez, obrigatoriamente.</p> <p>(B) sempre no mês de dezembro, a todos os empregados, de uma só vez, preferencialmente, podendo, a critério do empregador, ser parcelado em até duas vezes.</p> <p>(C) entre os meses de fevereiro e novembro, a todos os empregados, de uma só vez.</p> <p>(D) entre os meses de fevereiro e novembro como antecipação da metade do valor devido a todos os empregados, e até o final do mês de dezembro a metade restante.</p> <p>(E) entre os meses de fevereiro e novembro como antecipação da metade do valor devido a todos os empregados, e até o dia vinte de dezembro a metade restante.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO</p> <p>71. Não existindo disposição legal na legislação do trabalho, as decisões da Justiça do Trabalho e das autoridades administrativas deverão considerar</p> <p>(A) a jurisprudência ou analogia, exclusivamente.</p> <p>(B) o direito comum como fonte subsidiária obrigatória em todos os casos.</p> <p>(C) os princípios gerais de direito, exclusivamente.</p> <p>(D) o direito comum, salvo se incompatível com os preceitos trabalhistas.</p> <p>(E) a analogia e os usos e costumes, exclusivamente.</p>	<p>75. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de</p> <p>(A) 10%, 20%, ou 30%, segundo se classifique nos graus mínimo, médio ou máximo, calculado sobre o salário mínimo.</p> <p>(B) 10%, 20%, ou 40% segundo se classifique nos graus mínimo, médio ou máximo, calculado sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p> <p>(C) 30% sobre o salário calculado sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p> <p>(D) 40% sobre o salário calculado sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p> <p>(E) 30% sobre o salário mínimo.</p>

<p>76. A competência material da Justiça do Trabalho alcança os conflitos entre empregados e empregadores</p> <p>(A) exclusivamente.</p> <p>(B) e outros conflitos decorrente de relação de trabalho expressamente autorizados por lei.</p> <p>(C) e os conflitos decorrentes de todo tipo de contrato de precatória.</p> <p>(D) e outros conflitos decorrente de relação de trabalho independentemente de autorização legal expressa.</p> <p>(E) e todos os conflitos decorrentes de acidentes do trabalho.</p>	<p>80. A remição da execução trabalhista só será deferível ao executado se este oferecer preço igual</p> <p>(A) a 20% do valor da avaliação.</p> <p>(B) a 30% do valor da avaliação.</p> <p>(C) a 50% do valor do maior lance.</p> <p>(D) ao valor do maior lance.</p> <p>(E) ao valor da condenação.</p>
<p>77. O rito sumariíssimo, instituído pela Lei nº 9.957, de 12/01/2000, no processo do trabalho aplica-se a todos os dissídios cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento</p> <p>(A) independentemente da qualificação do empregador.</p> <p>(B) salvo a Administração Pública direta, somente.</p> <p>(C) salvo a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.</p> <p>(D) salvo ao empregador individual e às microempresas.</p> <p>(E) salvo às empresas públicas e sociedades de economia mista.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL</p> <p>81. Excluem a culpabilidade</p> <p>(A) a desistência voluntária e a insignificância da conduta.</p> <p>(B) o exercício regular de direito e a embriaguez voluntária.</p> <p>(C) o erro sobre a ilicitude do fato e o arrependimento eficaz.</p> <p>(D) a adequação social do fato e o estrito cumprimento do dever legal.</p> <p>(E) a coação irresistível e a menoridade.</p>
<p>78. Um servidor estadual celetista ajuizou reclamação trabalhista contra a Fazenda Pública, sendo o pedido inicial julgado procedente em parte. Não havendo recurso voluntário por parte da Fazenda Pública, mas tendo o reclamante recorrido ordinariamente, é correto afirmar que a sentença</p> <p>(A) não transita em julgado para ambas as partes, pois o recurso do reclamante devolve ao tribunal o exame da matéria que lhe foi desfavorável e o juízo de origem deve recorrer <i>ex officio</i>, face à condenação da Fazenda Pública, devolvendo o exame da matéria que lhe foi desfavorável.</p> <p>(B) transita em julgado para ambas as partes, pois a inexistência de recurso voluntário por parte da Fazenda Pública obsta o efeito devolutivo de qualquer recurso voluntário.</p> <p>(C) não transita em julgado para ambas as partes, pois o recurso voluntário do reclamante, pelo efeito devolutivo, devolve ao tribunal o exame de toda a matéria objeto da sentença.</p> <p>(D) transita em julgado para a Fazenda Pública, na parte que lhe foi desfavorável, podendo ser reformada em favor do autor, se acolhido seu recurso ordinário.</p> <p>(E) transita em julgado parcialmente e só para o reclamante, pois seu recurso ordinário, só possibilita exame da matéria de fato, face ao interesse público em discussão.</p>	<p>82. Adotada a teoria finalista, é correto afirmar que o dolo e a culpa integram a</p> <p>(A) tipicidade.</p> <p>(B) antijuridicidade.</p> <p>(C) tipicidade e culpabilidade, respectivamente.</p> <p>(D) culpabilidade.</p> <p>(E) culpabilidade e tipicidade, respectivamente.</p>
<p>79. No processo do trabalho a impugnação à sentença de liquidação é possível no prazo de</p> <p>(A) oito dias da notificação da sentença.</p> <p>(B) oito dias a contar da decisão dos embargos à execução.</p> <p>(C) oito dias da garantia do juízo.</p> <p>(D) cinco dias da garantia do juízo.</p> <p>(E) cinco dias da notificação da sentença.</p>	<p>83. Constituem efeitos genéricos da condenação e independem de declaração na sentença</p> <p>(A) a perda de cargo e a perda de mandato eletivo.</p> <p>(B) a incapacidade para o exercício do pátrio poder e a perda em favor da União do produto do crime.</p> <p>(C) a obrigação de indenizar o dano causado e a perda em favor da União dos instrumentos do crime, se a posse destes constituir fato ilícito.</p> <p>(D) a perda de função pública e a obrigação de indenizar o dano causado.</p> <p>(E) a perda de mandato eletivo e a perda do produto do crime em favor do respectivo Estado.</p> <p>84. Para efeitos penais, considera-se funcionário público quem exerce</p> <p>(A) cargo ou emprego público, mas não função pública transitória.</p> <p>(B) cargo, emprego ou função pública, ainda que sem remuneração.</p> <p>(C) emprego ou função pública, mas não cargo público remunerado.</p> <p>(D) cargo, emprego ou função pública, desde que remunerados.</p> <p>(E) cargo ou função pública, mas não emprego público transitório.</p>

<p>85. O funcionário que patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se de sua qualidade, comete o crime de</p> <p>(A) tráfico de influência. (B) exploração de prestígio. (C) concussão. (D) advocacia administrativa. (E) condescendência criminosa.</p>	<p>89. A ação penal pública condicionada é promovida pelo Ministério Público, mas depende de</p> <p>(A) representação do Procurador Geral do Estado ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. (B) representação do Ministro da Justiça, ou de requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. (C) requisição do Advogado Geral da União, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. (D) requisição do Advogado Geral da União, ou de requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. (E) requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.</p>
<p>86. O autor de crime envolvendo licitação ou contrato administrativo</p> <p>(A) é equiparado a servidor público se exercer cargo em entidade paraestatal, excluídas as fundações. (B) não está sujeito à perda de mandato eletivo. (C) terá a pena aumentada da terça parte se ocupante de cargo em comissão em órgão da Administração direta. (D) só pode perder o cargo na hipótese de delito consumado. (E) apenas perderá a função pública se o delito for praticado em detrimento da União.</p>	<p>90. No procedimento especial dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, oferecida a denúncia ou queixa, o acusado deve ser notificado para responder por escrito, nos crimes</p> <p>(A) inafiançáveis, no prazo de 15 dias. (B) afiançáveis, no prazo de 15 dias. (C) afiançáveis, no prazo de 10 dias. (D) inafiançáveis, no prazo de 10 dias. (E) afiançáveis e inafiançáveis, no prazo de 10 dias.</p>
<p>87. <i>Notitia criminis</i> espontânea é aquela em que o conhecimento da infração penal pelo destinatário ocorre</p> <p>(A) quando o autor do delito, espontaneamente, comparece perante às autoridades policiais e confessa o crime, logo após o seu cometimento, ainda que não indique as provas do crime. (B) direta e imediatamente, pela autoridade policial, no exercício de sua atividade funcional. (C) quando o autor do delito, espontaneamente, comparece perante às autoridades policiais e confessa o crime, logo após o seu cometimento, comprometendo-se a indicar as provas do crime. (D) por comunicação formal da vítima que, espontaneamente, comparece perante às autoridades policiais e noticia o delito, indicando as provas do crime. (E) por comunicação formal do Ministério Público ou do Juiz de Direito que determina a instauração de inquérito policial.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO AMBIENTAL</p> <p>91. Nos crimes ambientais,</p> <p>(A) é cabível a transação penal, se a infração for de menor potencial ofensivo e desde que haja prévia composição do dano ambiental. (B) a ação penal pode ser pública condicionada ou incondicionada. (C) é cabível a suspensão condicional do processo, se a infração for de menor potencial ofensivo e desde que haja prévia reparação do dano ambiental. (D) a reparação do dano ambiental deve ocorrer até o término do prazo da suspensão condicional do processo, não se admitindo prorrogação. (E) se acordada a suspensão condicional do processo, a declaração de extinção da punibilidade independe de comprovação de reparação do dano ambiental.</p>
<p>88. A queixa crime poderá ser promovida por procurador</p> <p>(A) com poderes especiais expressos na procuração, sendo necessário constar do mandato o nome do querelado e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal. (B) com poderes especiais expressos na procuração, sendo necessário constar do mandato o nome do querelante, o nome do querelado, não sendo necessária a menção ao fato criminoso. (C) com poderes especiais expressos na procuração, sendo necessário constar do mandato o nome do querelante, o nome do querelado, a completa exposição do fato, não bastando mera menção a ele. (D) com poderes comuns para a atuação no foro em geral, sendo, contudo, necessário constar do mandato o nome do querelante, a menção do fato criminoso, mas não o nome do querelado. (E) com poderes comuns para a atuação do foro em geral, sendo, contudo, necessário constar do mandato o nome do querelante, o nome do querelado e o objeto da representação.</p>	<p>92. Se condenada criminalmente por infração ambiental, à pessoa jurídica não poderá ser imposta pena de</p> <p>(A) suspensão total das atividades. (B) interdição temporária de obra. (C) execução de obras de recuperação de áreas degradadas. (D) custeio de projetos ambientais. (E) proibição de contratar com o Poder Público por até quinze anos.</p> <p>93. Em crime ambiental, pode ser suspensa condicionalmente a pena privativa de liberdade de até</p> <p>(A) seis meses (B) um ano (C) dois anos (D) três anos (E) quatro anos</p>

<p>94. Determinado curso d'água nasce em um estado da Federação e cruza outros dois estados antes de desaguar no oceano. A outorga do direito de uso das águas desse rio, a uma empresa localizada no estado onde se localiza a sua nascente, é efetuada por ato</p> <p>(A) da autoridade competente no âmbito estadual. (B) da Agência Nacional de Águas. (C) do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica. (D) do Conselho Nacional do Meio Ambiente. (E) do Instituto Nacional do Meio Ambiente.</p>	<p>98. O art. 225, §4º, da Constituição Federal define a Floresta Amazônica como patrimônio nacional. Em razão desse dispositivo, é correto afirmar que</p> <p>(A) é permitido ao legislador estabelecer regras especiais de proteção da Floresta Amazônica, mais restritivas do que as regras em relação às demais florestas do território nacional. (B) a vegetação da Floresta Amazônica automaticamente é considerada imune de corte, independentemente de lei específica a respeito. (C) as terras particulares situadas na Amazônia Legal são consideradas de utilidade pública para fins de desapropriação. (D) os proprietários de imóveis rurais localizados na Amazônia Legal estão impedidos de dar-lhes destinação econômica. (E) o legislador ordinário não é competente para disciplinar a exploração econômica da Floresta Amazônica.</p>
<p>95. De acordo com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), o licenciamento ambiental de obras efetiva ou potencialmente poluidoras compete ao</p> <p>(A) órgão estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, exclusivamente. (B) órgão estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e ao Instituto Nacional do Meio Ambiente – IBAMA, alternativamente. (C) órgão estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e ao Instituto Nacional do Meio Ambiente – IBAMA, supletivamente. (D) Instituto Nacional do Meio Ambiente – IBAMA e ao órgão estadual integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, supletivamente. (E) Instituto Nacional do Meio Ambiente – IBAMA, exclusivamente.</p>	<p>99. É regra concernente à aplicação das penalidades administrativas em decorrência de infrações cometidas contra a legislação ambiental:</p> <p>(A) a inaplicabilidade dos critérios de gradação de penas na esfera criminal. (B) a possibilidade de conversão da multa simples ou da multa diária em serviços de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente. (C) a cumulação de sanções administrativas em caso de cometimento simultâneo de duas ou mais infrações. (D) a necessidade de observância da tipicidade estrita, conforme a previsão da lei aplicável. (E) a plena liberdade para a autoridade administrativa fixar o valor das multas aplicáveis aos infratores.</p>
<p>96. Conforme a legislação aplicável, admite-se a desconconsideração da personalidade jurídica das pessoas jurídicas civilmente responsáveis por danos ambientais sempre que</p> <p>(A) o dano for causado por ato doloso dos seus administradores. (B) seus sócios forem pessoas físicas. (C) houver co-participação dos sócios, que nesta hipótese respondem pessoalmente. (D) a personalidade jurídica consistir em óbice ao efetivo ressarcimento. (E) o dano for considerado de elevada magnitude pelo juiz.</p>	<p>100. Determinado cidadão move ação popular com o objetivo de anular ato que pode se afigurar lesivo ao meio ambiente, praticado por dirigente de órgão público vinculado à Administração Direta. Citada a pessoa jurídica de direito público para os termos da inicial,</p> <p>(A) estará ela obrigada a contestar a ação, defendendo a legalidade do ato e o agente público. (B) estará ela obrigada a contestar a ação, sem que isso implique defesa do agente público. (C) não poderá ela contestar a ação, ficando a defesa a cargo do Ministério Público. (D) poderá ela abster-se de contestar a ação, se tal medida for útil ao interesse público. (E) não deverá ela contestar a ação, pois a defesa compete exclusivamente ao agente público.</p>
<p>97. A sociedade ABC Indústria de Papéis Ltda., por descuido dos seus empregados responsáveis pelo tratamento de seus resíduos industriais, despejou em um rio substâncias tóxicas, causadoras de mortandade de peixes e de contaminação da água que serve às populações ribeirinhas. No curso do processo judicial em que discutida a sua responsabilidade civil, a mencionada sociedade conseguiu comprovar que o rio já se encontrava poluído por substâncias despejadas por indústrias a montante e que, portanto, não era a única responsável pelos danos causados. Nessa hipótese, a sociedade em questão</p> <p>(A) não responderá pelos danos, pois eles não foram causados por atos imputáveis a seus representantes legais. (B) não responderá pelos danos, pois eles foram resultado de atos meramente culposos. (C) não responderá pelos danos, pois o nexo de causalidade é excluído pela co-participação das demais indústrias a montante. (D) responderá pelos danos, apenas na proporção do prejuízo efetivamente causado por seus empregados. (E) responderá pelos danos, solidariamente com as demais indústrias poluentes.</p>	